

TUTELA MILITAR E PADRÃO DE GESTÃO DO “APARTHEID SOCIAL” NO BRASIL: NOTAS ESPECULATIVAS

Marcio Pochmann¹

Nos dois principais momentos de modernização nacional, a alteração profunda na trajetória da sociedade brasileira motivada por forças progressistas da época terminou sendo enquadrada pelo conservadorismo e autoritarismo dos grupos econômicos dominantes. Seja pelos abolicionistas nos anos de 1880, quando a generalização do capitalismo tornou dominante o novo modo de produção, seja pelos tenentistas na década de 1930, durante a passagem para a sociedade urbana e industrial, o impulso reformista foi contido, consolidando a anomalia do desenvolvimento de uma sociedade profundamente desigual.

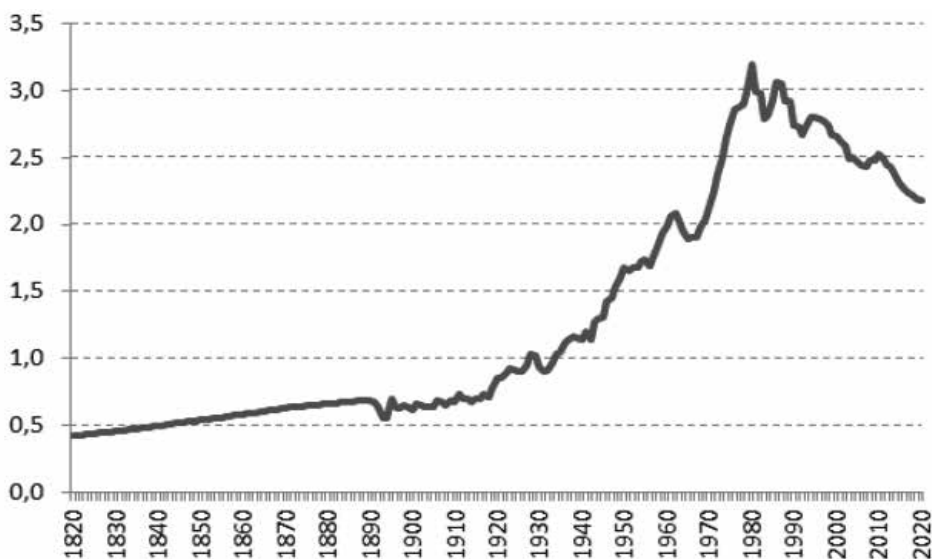
Em função dessa trágica construção histórica, uma espécie de “*apartheid* social” se constituiu diante de uma minoria integrada ao sistema a se de-
frontar sistematicamente com multidões crescentes de despossuídos.² Neste
cenário, a organização da coesão interna e a busca da paz social concederam
à prática da tutela militar, sobretudo nos momentos de pressentimento ruim,
a função de postergar o risco do caos através da ação antecipada de controle
anti-insurrecional dos excluídos.³

De maneira geral, a vitalidade econômica predominou na gestão do
“*apartheid* social”, tendo em vista o *charme* da mobilidade ascendente intra e
intergeracional possibilitada no interior do capitalismo periférico, ainda que
profundamente assimétrico entre classe e frações de classes sociais. Até a
década de 1930, por exemplo, o Brasil não alcançava 1% do Produto Interno
Bruto (PIB) do mundo, quando predominou a sociedade agrária.

Durante a sociedade urbana e industrial existente entre as décadas de
1930 e 1970, a participação do país no PIB mundial foi multiplicada por três
vezes. Enquanto isso, o regime político autoritário respondeu por 2/3 de todo
o período, demarcando determinado padrão de gestão da exclusão brasileira.

A partir dos anos 1980, o país passou a transitar antecipadamente para
a sociedade de serviços, motivada pela desindustrialização precoce. O re-
sultado disso foi o declínio do Brasil em relação ao PIB mundial, sendo na
segunda década do século 21 inferior em 1/3 ao verificado no ano de 1980.

Gráfico 1: Brasil – evolução da participação no Produto Interno Bruto mundial entre 1820 e 2018 (em %)



Fonte: Maddison Project Database 2018 (elaboração própria)

Nesse contexto singular em que se estabeleceu o segundo período do regime democrático, outro padrão de gestão da exclusão foi experimentado. A crise econômica gestada no impasse eleitoral de 2014 e que levou ao fim o ciclo político da Nova República, descortinando novamente, o pressentimento de que o pior se precipitava, o que terminou desencadeando o restabelecimento da tutela militar.

Esse entendimento, certamente controverso, preocupa-se com a problematização da gestão do “apartheid social” às vésperas do país completar 200 anos de sua independência nacional. Mais precisamente, a volta da presença dos militares na política enquanto uma agenda de pesquisas e estudos a serem realizados, conforme apresentado em duas partes a seguir.

A primeira trata da conformação do processo de exclusão na origem dos movimentos de fundação da modernização conservadora do país e a presença militar na política. Na segunda parte, explicitam-se brevemente os padrões distintos de gestão da exclusão entre os períodos de 1960-1980 e posterior ao ano de 1980 no Brasil.

Militares, política e gestão da exclusão no Brasil

A diversidade nas formas de manifestação da exclusão encontra-se associada ao processo mais amplo do desenvolvimento capitalista frente à repartição discricionária do excedente econômico. Nos países em que o capitalismo se processou tardia e periféricamente, como o Brasil, a gestão da exclusão transcorreu permeada pela presença dos militares na política.⁴

No país, o problema da incorporação de imensos contingentes descartáveis da vida econômica se apresentou mais contundentemente a partir da década de 1930, quando a composição social herdeira do antigo e longo agrarismo transitou para a sociedade urbana e industrial. Até então, as transformações impostas pelo deslocamento da economia escravista para o modo de produção capitalista desde os anos de 1880 distanciaram a questão social de qualquer reforma profunda no interior do mundo rural.⁵

Sob a dinâmica capitalista, a estrutura fundiária seguiu assentada na grande propriedade, cuja mobilização produtiva principal se fazia voltada fundamentalmente ao exterior, conforme herança lusitana do sentido da colonização. Ao depender do trabalho desvalorizado de enorme massa humana, o mundo rural submeteu-se, originalmente, ao formato do trabalho forçado proveniente da generalização do tráfico de africanos escravizados para, na sequência, demandar trabalho livre associado, em geral, à presença abundante de imigrantes europeus e asiáticos, não mais africanos.

Na maior parte das vezes, predominou a difusão de ocupados desgarrados das relações sociais sólidas e complexas, diferentemente da condição gerada de

camponeses sem terra, conforme experiência europeia. No Brasil pós-abolição, a soltura dos ex-escravizados transcorreu sem direta integração na nova sociedade competitiva impulsionada pela emergência capitalista, permitindo massificar o trabalho subordinado a remunerações e outras formas, inclusive de escambo, cujo emprego a ocupações, subocupações e sem ocupações prevaleceram circunscritas à sobrevivência em meio ao atraso do mundo rural⁶.

Assim como os senhores de escravos bloquearam reformas na estrutura fundiária previstas como fundamentais para os abolicionistas na década de 1880, a oligarquia agrarista vetou, pela contrarrevolução paulista, em 1932, a possibilidade de modernização no campo, conforme defendida por parcela do movimento tenentista agrupado em torno do Clube 3 de Outubro⁷. O resultado disso foi a deformação da urbanização e a predominância do poder do proprietário de terras generalizado pelo país, com a transferência para as cidades das massas empobrecidas provenientes do campo.

Em apenas três décadas, o Brasil saltou de majoritária população rural para a maioria urbana, acumulando amplos e profundos problemas de inclusão das massas significativamente heterogêneas em pleno desenvolvimento da sociedade urbana e industrial. A internalização da modernização do consumo e cultura capitalista ocorreu rápida e seletivamente, sem romper com o atraso herdado do mundo agrário.

No capitalismo selvagem, o trabalho informal e desvalorizado constituiu o pilar pelo qual a multidão excedente da força de trabalho urbana se tornou funcional à formação da sociedade de massa profundamente desigual.⁸ Em função disso, tentativas de transformação dessa trajetória se constituíram, invariavelmente, em ações fortemente reativas por parte de segmentos intermediários da estrutura social.⁹

A partir da década de 1950, contudo, a esfera política passou a estar contaminada pela situação de aprofundamento da exclusão social. De um lado pelas tensões crescentes no campo expressas na difusão de gigantescos conflitos pela terra nas regiões Sul e Nordeste, respectivamente, as organizações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e das Ligas Camponesas. De outro, o acirramento da polarização no interior das grandes cidades, com a difusão crescente das manifestações sociais (marcha das Panelas Vazias e as greves dos 300 mil, em 1953, e dos 700 mil, em 1957). Em grande medida, a ascensão dos movimentos sociais foi impulsionada pela maior carestia no custo da vida urbana frente aos entraves na oferta de produtos alimentares, no preço dos aluguéis e na qualidade e custos dos serviços públicos e privados.

O impasse político, econômico e social contribuiu para o despertar das hordas de deserdados a ameaçar a ordem burguesa, fomentando dois tipos de respostas à época. Com a solução autoritária adotada pela intervenção da

força militar em 1964, a terceira desde a Revolução de 1930, a gestão de excluídos pelo capitalismo tardio no Brasil deixou de ser, mais uma vez, a forma reformista, democrática e popular pretendida pela denominada Reforma de Base no governo João Goulart (1961-1964).

No Estado Novo, em 1937, a presença militar na política buscou evitar o retorno do governo da oligarquia agrária numa sociedade polarizada pelos acontecimentos da “intentiona comunista” e dos integralistas, enquanto em 1945, a destituição do próprio Getúlio Vargas contou com os militares na abertura do regime democrático multipartidário. Ao contrário da perspectiva liberal originalmente imaginada, o golpe de 1964 terminou por aprofundar o curso da sociedade urbana e industrial desde a Revolução de 1930, seguindo – em marcha forçada – o entendimento que havia permitido associar Getúlio Vargas aos militares durante o Estado Novo, pois sem industrialização nacional não haveria a possibilidade de Forças Armadas capazes de exercer sua função de ordem interna, pelo menos, e quiçá a defesa soberana da nação¹⁰.

A modernização conservadora impulsionada a partir de então transcorreu tutelada pelo autoritarismo militar, que sob o projeto de conclusão da industrialização com base na segunda Revolução Industrial e Tecnológica tratou de gerir a massa de excluídos. Para tanto, apoiou-se no ritmo acelerado do crescimento econômico, distanciando-se de qualquer possibilidade de realização das reformas inclusivas nas estruturas fundiárias, tributárias e do Estado de bem-estar social. Com isso, permitiu a redução da pobreza simultaneamente à elevação da desigualdade da renda.

A grave crise da dívida externa e a saída imposta pela adoção do ajuste exportador derivado do acordo com o FMI no início da década de 1980 comprometeu o crescimento econômico veloz, inviabilizando a continuidade da estratégia autoritária e conservadora na gestão do descontentamento das massas em processo de exclusão. As dificuldades evidentes do modelo militar em garantir a ordem interna no uso recorrente da força bruta diante da expansão das greves, mobilizações sociais e avanços das organizações partidárias abriram caminho para o formato de transição transada do Estado autoritário para o Estado democrático.

Assim, o arranjo institucional da época evitou a ruptura possível com a ditadura por meio da realização de eleições presidenciais diretas, conforme observado em países vizinhos. A mitigação política conferida pelo “acerto por cima” conflagrado no Colégio Eleitoral dos militares, em 1984, consolidou o ciclo político da Nova República (1985-2014) sem que qualquer reforma estrutural do capitalismo viesse a ser realizada ao longo do tempo.¹¹

Sem condições de alterar em profundidade o sentido geral do esvaziamento da vitalidade econômica do país, as preocupações históricas dos

progressistas com as transformações da economia, sociedade e política foram sendo substituídas pelas emergências nas decisões de “curtoprazismo”. Com a centralidade da estabilização monetária, do ajuste fiscal e do pagamento do sistema de dívidas públicas, restou fundamentalmente a gestão do quadro humanitário movido pela situação de descarte social.

A própria tentativa tardia de construção do Estado de bem-estar social, estruturada institucionalmente pela Constituição Federal dirigente de 1988, cumpriu as formalidades equivalentes, porém sem oferecer os mesmos conteúdos registrados após a Segunda Guerra Mundial pela experiência europeia de trinta anos de ouro no crescimento econômico. Sem a vitalidade econômica, o ciclo político da Nova República procurou melhor gerir a emergência do social com tecnologias cada vez mais sofisticadas e eficientes.

Mas diante dos limites impostos à expansão do capitalismo brasileiro, o país conviveu com longa fase de semiestagnação econômica, o que tornou ainda por demais complexas a gestão democrática das massas excluídas. A herança econômica que resultou da participação militar na política fundamentou-se no programa imposto pelo FMI de ajuste exportador para enfrentar a crise da dívida externa no início dos anos 1980 e pelo qual o país abandonou a possibilidade de incorporar o curso da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

De um lado, os constrangimentos derivados do fechamento econômico interno, com as restrições às importações, impuseram o atraso nas possibilidades de incorporação do progresso técnico proveniente da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica pelo sistema produtivo. As iniciativas do receituário neoliberal dos anos de 1990, com a Era dos Fernandos (Collor, 1990-1992, e Cardoso, 1995-2002), produziram a abertura comercial, produtiva e financeira que de forma passiva e subordinada levou à inserção do Brasil na globalização praticamente desarticulada da integração soberana nas cadeias globais de produção.

Um dos exemplos disso foi o transcurso da Zona Franca de Manaus (ZFM), outrora demandante de componentes industriais provenientes da produção realizada na região Sudeste do país. Com a forma de inserção brasileira à globalização, as compras da ZFM deixaram de ser realizadas no território nacional para, inicialmente nos anos de 1990, importar componentes de outros países e, posteriormente, submeter-se às cadeias globais de valor na condição de montagem final do conjunto de peças adquiridas com instruções prévias de preparo.

Assim, houve a instalação do processo da desindustrialização precoce, cuja expansão antecipada dos serviços ampliou a geração de ocupações cada vez mais precárias. A dissolução dos empregos assalariados que eram inter-

mediários na estrutura ocupacional do sistema produtivo de base industrial patrocinou a polarização intensa no mundo do trabalho, cada vez mais tomado pela terciarização da economia nacional.

De outro, a constatação de que a trágica recessão econômica vivenciada entre 1981 e 1983, a primeira ocorrida desde 1929 na sociedade urbana e industrial, foi acompanhada por medidas protetivas para ricos e privilegiados, como no caso do sistema de dívidas públicas que fomentaram a ciranda financeira afiançadora da generalização do rentismo improdutivo no país. As consequências para o andar de baixo da sociedade foram a perda de parte do rendimento decorrente do regime de superinflação prevalecente por 15 anos, o mais longo do mundo, até ser interrompido pelo Plano Real, em 1994.

Além disso, a desorganização das finanças públicas imposta pela estagnação da dívida externa, e que salvou ricos e endividados, esteve associada à cunha de geração dos excedentes comerciais necessária ao pagamento dos serviços do endividamento com o exterior. Para tanto, a estrutura produtiva manufatureira atolada na tecnologia defasada da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica perdeu competitividade e mercados externos, o que tornou a balança comercial cada vez mais dependente da reprimarização da exportação de produtos dependentes de recursos naturais e mão de obra barata.

A urgência dos compromissos da dívida externa comprometeu a possível retomada da economia nacional pela expansão do mercado interno. Somente em 2007, com a exuberância do ciclo de *commodities*, não apenas a questão do endividamento estrangeiro foi solucionada, após o calvário de duas décadas, como também foi constituído, pelos governos do PT, o saldo estabilizador do Balanço de Pagamentos com as reservas externas.

As tentativas de reestruturar o sistema produtivo pelo formato das grandes empresas nacionais foram significativas em termos de efetividade dos complexos agroexportadores, de empreiteiras e construtoras, petróleo e gás, entre outros, ao longo dos anos 2000. Apesar disso, a sangria da desindustrialização não foi contida, gerando, simultaneamente ao crescimento econômico, o vazamento acelerado e recorrente da renda interna para o exterior, por conta do efeito da importação de bens e componentes industriais e o consequente aumento do déficit na balança comercial de manufaturados.

Os descaminhos no Brasil a partir do impasse político gerado pela recusa de parte da oposição derrotada nas urnas nas eleições presidenciais de 2014 violou um dos principais requisitos de sustentação dos governos de conciliação de classes ao longo do ciclo político da Nova República. Com isso, abriu-se novamente a oportunidades para o reingresso dos militares na política, ainda que timidamente no governo Temer (2016-2018) e com ampla presença em diversos postos de protagonismo no governo Bolsonaro (2019-2022).

Nesse sentido, as bases para o estabelecimento dos elementos de exceção do Estado passaram a se concretizar tendo por referência o questionável diagnóstico concebido no interior da nomenclatura das Forças Armadas. Através dele que o estágio avançado da desindustrialização, se aliado ainda ao abandono da Terceira e o distanciamento da Quarta Revolução Industrial e Tecnológica, deixaria mais difícil a retomada econômica, tornando cada vez mais diminuto o papel dos militares na defesa da soberania nacional.

Diante disso, alguma aliança estratégica a ser realizada com uma das poucas potências militares do mundo talvez viesse a impedir o encolhimento ainda mais acelerado das Forças Armadas, sobretudo diante da guerra cibernética. Neste caso, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos pudesse amenizar o atraso tecnológico das Forças Armadas no exercício da defesa da soberania nacional.

Ao mesmo tempo, poderia fornecer contribuições aos desafios crescentes e mais significativos em relação à garantia da ordem interna frente ao brutal descarte social e caos urbano e rural que rapidamente se aprofundou com o fim do ciclo político da Nova República em 2014 e a instalação de gravíssima crise econômica. De um lado, o risco da explosão social que se evidenciou desde 2013, cuja polarização social passou a se expressar por manifestações gigantescas e recorrentes nos grandes centros urbanos, pelas greves e ameaças de novas paralisações no interior das polícias militares estaduais e pelas paralisações que ganharam grande repercussão nacional, como a dos caminhoneiros.

De outro lado, a contaminação do tecido social pela presença crescente do crime organizado e das milícias, cada vez mais generalizada por todo o território, inclusive com suas conexões externas. Compreendendo que o Brasil já representa 14% do total dos homicídios contabilizados internacionalmente e o terceiro país no encarceramento populacional, o fim do ciclo político da Nova República resultaria em brutal fracasso econômico e social no Brasil.

Não havia apenas destruído o legado de meio século de industrialização nacional, iniciada, com a contribuição dos militares, desde a Revolução de 1930, e completada ao longo da década de 1970. Mas também por deixar, comprometido com o conjunto do modelo de gestão social da multidão dos descartados, uma economia semi-estagnada a partir da década de 1980.

Enquanto reserva de garantia da ordem interna e, por consequência, a última contenção ao possível colapso político, econômico e social de uma nação constituída no *apartheid* social, os militares voltariam a participar previamente na política de forma pronunciada. Na sequência, apresentam-se brevemente as principais características dos dois padrões de gestão da exclusão social instalados desde a década de 1960.

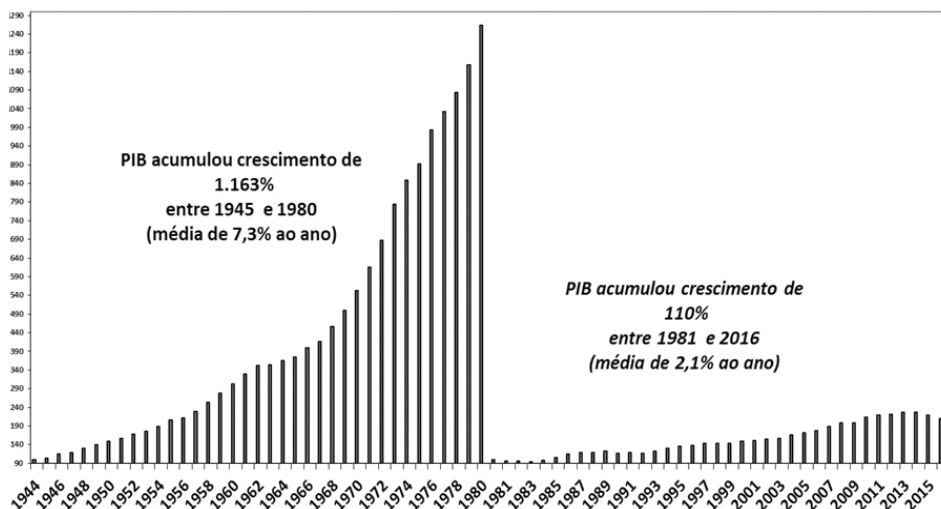
Padrões de gestão da exclusão

Para um país que teve as oportunidades de modernização progressistas bloqueadas, tendo de conviver com uma trajetória capitalista assentada na apartação de imensas parcelas da sociedade, a gestão do processo de exclusão assumiu elevada centralidade governamental. Para tanto, a vitalidade da economia mostrou ser fundamental, acompanhada, na maior parte do tempo, pelo autoritarismo cuja presença militar foi estratégica para atuar antecipadamente aos momentos de pressentimentos ruins. Em síntese, isso ocorria quando as massas excluídas ou parte delas pareciam mover-se, em determinado momentos históricos, contrariamente ao sentido do “apartheid social”¹²

A novidade, em termos de aprendizagem de gestão do processo de exclusão pelas elites dirigentes, transcorreu durante a virada para o século XXI, em plena predominância do contido dinamismo econômico e da segunda experimentação do regime democrático no Brasil. Por mais de três décadas e compreendendo distintos governos, o sentido da apartação social foi questionado, sofrendo, inclusive, ações que buscaram a sua reversão.

Desde o impasse eleitoral de 2014 – que pôs fim ao ciclo político da Nova República e desencadeou profunda e longa crise econômica –, o padrão de gestão democrática da exclusão foi abandonado. Em seu local reemergiu a presença militar na política com consequências diretas e indiretas na gestão conservadora da exclusão social.

Gráfico 2: Brasil – Comparação do índice acumulado do Produto Interno Bruto entre 1945 a 1980 e 1981 a 2016 (1944 = 100 e 1980 = 100)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Do segundo pós-Guerra Mundial aos dias de hoje, o Brasil registrou duas trajetórias econômicas bem distintas. Entre os anos de 1945 e 1980, por exemplo, o desempenho econômico foi notável, com crescimento médio anual superior a 7%, enquanto os 35 anos que se seguiram a 1980 apontaram para a estagnação da renda *per capita*, com variação média anual do PIB levemente acima dos 2%.

Especialmente entre os anos de 1960 e 1980, quando vigorou o rápido crescimento econômico e prevaleceu a ditadura civil-militar (1964-1985), constituiu-se o padrão de gestão autoritária da exclusão social. Mas a partir da década de 1980, com a transição para o regime democrático, ganhou importância outro padrão de gestão da exclusão social em meio à perda do dinamismo econômico nacional.

As características principais dos dois padrões de gestão da exclusão social no país são tratadas a seguir. Ressaltam-se também as condições pelas quais a trajetória do “*apartheid* social” expressa pela minoria integrada ao sistema a se defrontar sistematicamente com multidões crescentes de despossuídos terminou sendo postergada ao longo do tempo.

Gestão autoritária pela economia da exclusão entre as décadas de 1960 e 1970

A década de 1960 constituiu-se privilegiada por ser o momento histórico em que a população urbana tornou-se majoritária no país. A transição do campo para as cidades se apresentou inédita, pois realizada em apenas três décadas, enquanto em países de capitalismo avançado durou cerca de um século, pelo menos.

Também se difere por se efetivar distante das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. Ou seja, a total ausência das reformas agrária, tributária e social produziu profunda anomalia urbana, com inegável apartação territorial da população no interior das cidades, ademais do deslocamento da pobreza rural que tornou funcional o excedente de mão de obra disponível aos segmentos enriquecidos nos grandes centros metropolitanos por meio do trabalho informal.

Tabela 1: Brasil – Evolução da População Economicamente Ativa por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1940 e 1980

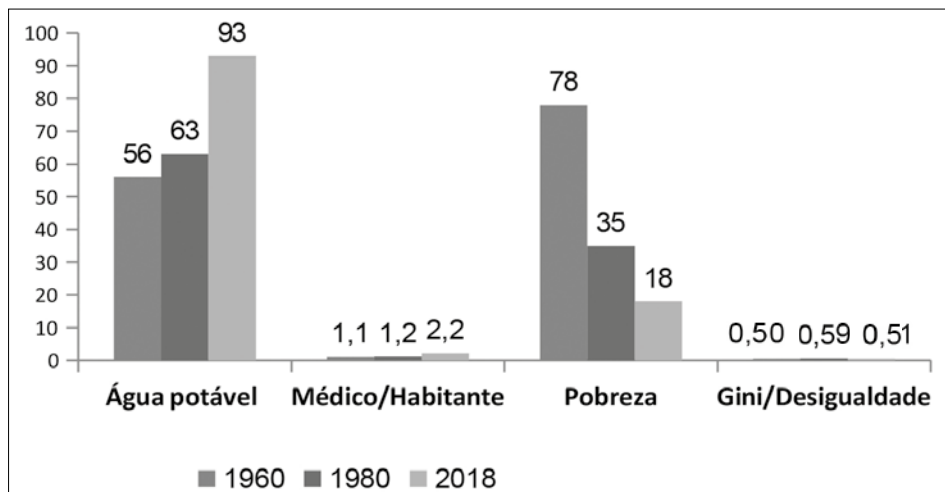
Itens	1960 (em mil)	1980 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
PEA ocupada	22.750 (100%)	42.026 (100%)	964	3,1
Empregador	426 (1,9%)	1.340 (3,2%)	46	5,9
Assalariado	10.896 (47,9%)	27.152 (64,6%)	813	4,7
- Formal	4.058 (17,8%)	21.272 (50,6%)	861	8,6
- Informal	6.838 (30,1%)	5.880 (14,0%)	-48	-0,7

Conta própria	2.274 (10,0%)	9.556 (22,7%)	364	7,4
Sem remuneração	9.154 (40,2%)	3.978 (9,5%)	-259	-2,3
Precarização*	18.266 (80,3%)	19.413 (46,2%)	57	0,3

Fonte: IBGE (elaboração própria) *Soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada

Se entre os anos de 1960 e 1980 a população rural se manteve praticamente estabilizada em 39 milhões de pessoas, as cidades receberam 50 milhões de novos residentes, com a população urbana passando de 32 milhões para 82 milhões de brasileiros. Nesse cenário de expansão urbana, o crescimento econômico se mostrou fundamental para a gestão da exclusão, com a expansão das ocupações, sobretudo o assalariamento e forte redução na taxa de precarização da força de trabalho.

Gráfico 3: Brasil – evolução da taxa de cobertura da população segundo indicadores sociais selecionados (em %)



Fonte IBGE (elaboração própria)

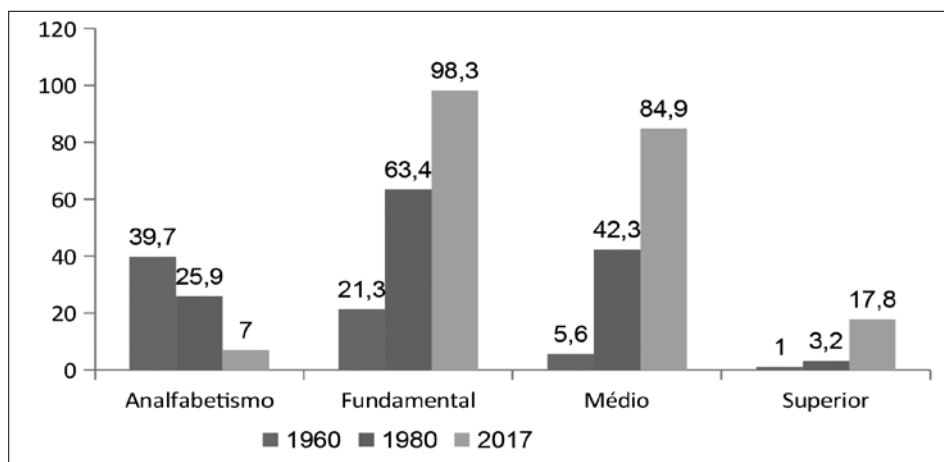
Entre os dois anos considerados, a taxa de assalariamento saltou de 48% dos ocupados para 65%, conduzida especialmente pela formalização do emprego que passou de menos de 18% das ocupações para quase 51%. Do total das ocupações geradas entre 1960 e 1980, os empregos assalariados responderam por 84% do total, com decréscimo absoluto e relativo do trabalho informal (Gráfico 4).

Em consequência da expansão ocupacional, a taxa de pobreza acumulou queda de 55%, pois passou de 78% da população para 35% entre os anos de 1960 e 1980. Mesmo assim, a desigualdade na distribuição da renda

aumentou 18% em virtude da política de arrocho salarial e de medidas de concentração dos frutos do crescimento econômico dos governos autoritários.

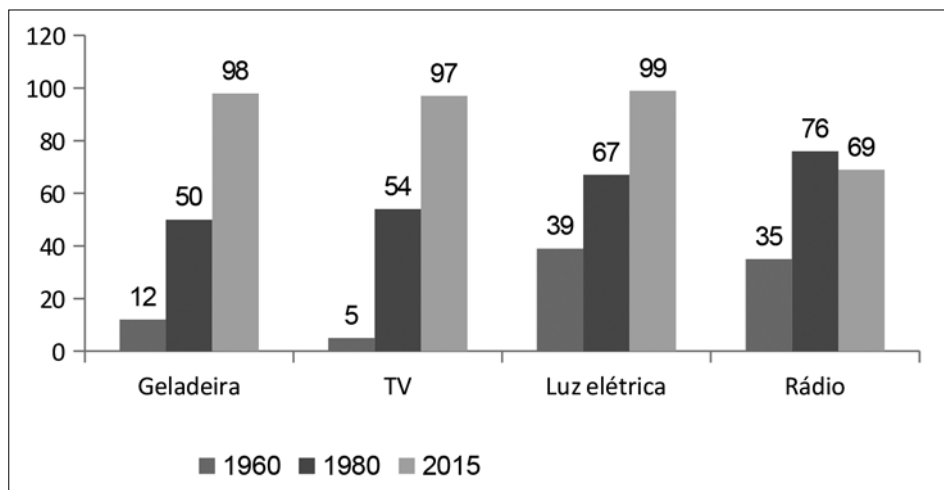
Os avanços em termos de incorporação da população em políticas públicas não destoaram do sentido inclusivo do emprego gerado pelo rápido crescimento econômico, embora apresentassem, em geral, baixo ritmo de expansão ao longo do tempo. O acesso à água potável e à saúde foram exemplos disso (Gráfico 5).

Gráfico 4: Brasil – evolução da taxa de matrículas por faixa etária da população compatível com níveis de ensino (em %)



Fonte IBGE/MEC/Inep (elaboração própria)

Gráfico 5: Brasil – evolução da posse de eletrodomésticos pela população (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Distingue-se disso, todavia, o progresso educacional. Enquanto o analfabetismo caiu cerca de 35%, o acesso ao ensino fundamental passou de menos de 1/5 das crianças em idade escolar para 2/3, ainda distante de sua universalização. O ensino médio cresceu mais significativamente que o avanço na taxa de cobertura do ensino superior durante os anos de 1960 e 1980.

Por fim, também ocorreu o processo da inclusão administrado pela via do consumo, especialmente pela expansão do acesso aos eletrodomésticos, como a televisão, bem acima da do rádio. Ainda que, em 1980, a população detivesse maior posse de rádio (76%) do que o acesso à luz elétrica (67%), no caso da televisão (54%), o contrário é que foi verificado.

Gestão democrática pelo social da exclusão entre as décadas de 1980 e 2010

No período de 1980 a 2018, por exemplo, a população brasileira cresceu 1,4% como média anual, ritmo 48,3% menor que o verificado entre 1960 e 1980 (2,7% ao ano, em média). Mesmo assim, 95,2 milhões a mais de pessoas passaram a habitar nas cidades contra a redução de quase 8 milhões de pessoas vivendo no campo em 2018 em comparação ao ano de 1980.

Tabela 2: Brasil – Evolução da População Economicamente Ativa por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1980 e 2018

Itens	1960 (em mil)	1980 (em mil)	Varição absoluta anual (em mil)	Varição relativa anual (em %)
População Total	119.002	208.495	2.355	1,5
PEA	43.236 (100%)	105.197(100%)	1.631	2,4
PEA desempregada	1.210 (2,8%)	12.195 (11,6%)	289	6,3
PEA ocupada	42.026 (100%)	93.002 (100%)	1.342	2,1
Empregador	1.340 (3,2%)	4.532 (4,9%)	84	3,3
Assalariado	27.152 (64,6%)	62.447 (67,1%)	929	2,2
- Formal	21.272 (50,6%)	43.940 (47,2%)	597	1,9
- Informal	5.880 (14,0%)	18.507 (19,9%)	332	3,1
Conta própria	9.555 (22,7%)	23.848 (25,6%)	376	2,5
Sem remuneração	3.978 (9,5%)	2.175 (2,4%)	-47	-0,5
Precarização	19.413 (46,2%)	44.530 (47,9%)	661	2,2

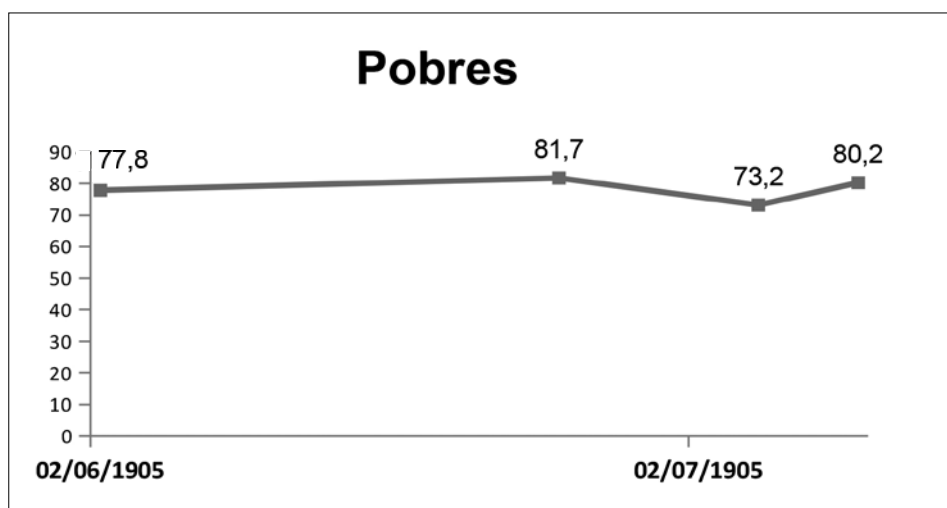
Fonte: IBGE (elaboração própria)

Na ausência de vitalidade econômica no longo do período de quase 40 anos, que registrou inclusive duas décadas perdidas (1980 e 2010), a dinâmica do mercado de trabalho sofreu modificações importantes. Enquanto a taxa de assalariamento perdeu vigor, mesmo com a leve elevação do seu peso relativo de quase 65% dos ocupados para acima de 67%, aumentou a precarização da força de trabalho e, sobretudo, o desemprego aberto.

Um pouco a mais de 2/3 dos postos de trabalho gerados entre 1980 e 2018 foi de responsabilidade do emprego assalariado, sendo 36% deste total protagonizado pelo trabalho informal. Além disso, para cada grupo de 100 brasileiros que ingressaram no mundo do trabalho no período considerado, 82 conseguiram alguma forma de trabalho e 18 ficaram desempregados.

Além disso, percebeu-se também como o Brasil seguiu sendo uma economia assentada nos baixos rendimentos, compatíveis com a situação de pobres ocupados, em geral por trabalho precário e informal. Entre os anos de 1981 e 2004, por exemplo, a taxa de ocupados pobres subiu 5%, decresceu 10,4% de 2004 até 2014 e voltou a aumentar em 9,6% de 2014 até 2019.

Gráfico 6: Brasil – Evolução dos ocupados de baixa renda considerados pobres* entre 1981 e 2019 (em %)



Fonte: QUADROS, W. *A profundidade da crise social*. TD. 361. IE/Unicamp, 2019. *Soma de pobres intermediários, pobres e miseráveis.

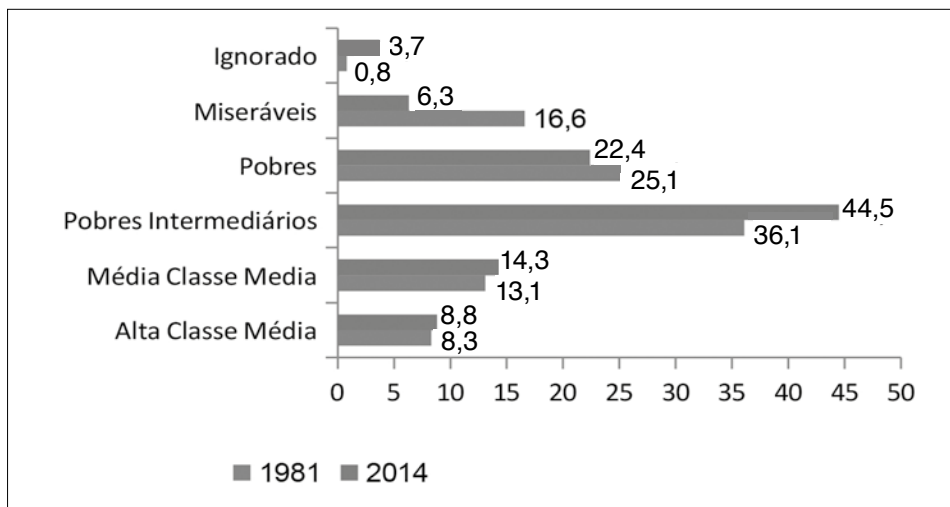
Ao se comparar a evolução da estrutura familiar entre os anos de 1981 e 2014, por exemplo, percebem-se como as principais modificações em termos de mobilidade ascendente transcorreram na base da pirâmide social, com queda significativa entre as parcelas consideradas miseráveis e pobres. Contribuiu para isso, por exemplo, a expansão das ocupações de baixo rendimento geradas fundamentalmente pelo movimento de terciarização antecipada da economia nacional diante do vácuo deixado pela desindustrialização precoce.¹³

Enquanto, em 2014, os miseráveis e pobres respondiam por menos de 29% das famílias, em 1981 concentravam 42% do total. Nesse mesmo período, a parcela classificada como classe média e alta passou de 21,4% para

23,1% no total das famílias, acompanhada da ampliação dos segmentos situados na condição de pobres intermediários, que saltou de 36,1% para 44,5%.

Além disso, nota-se a queda acelerada na taxa de analfabetismo em 73%, simultaneamente à universalização do acesso ao ensino fundamental, bem como a significativa elevação na taxa de cobertura dos ensinos médio (101%) e superior (456%). Da mesma forma, o aprofundamento da tendência de homogeneização do padrão dos bens duráveis de consumo possibilitado pelo acesso à luz elétrica, geladeira, TV e outros.

Gráfico 7: Brasil – Evolução da estrutura familiar do conjunto da população (em %)



Fonte: QUADROS, W. *A profundidade da crise social*. TD. 361. IE/Unicamp, 2019, p. 20.

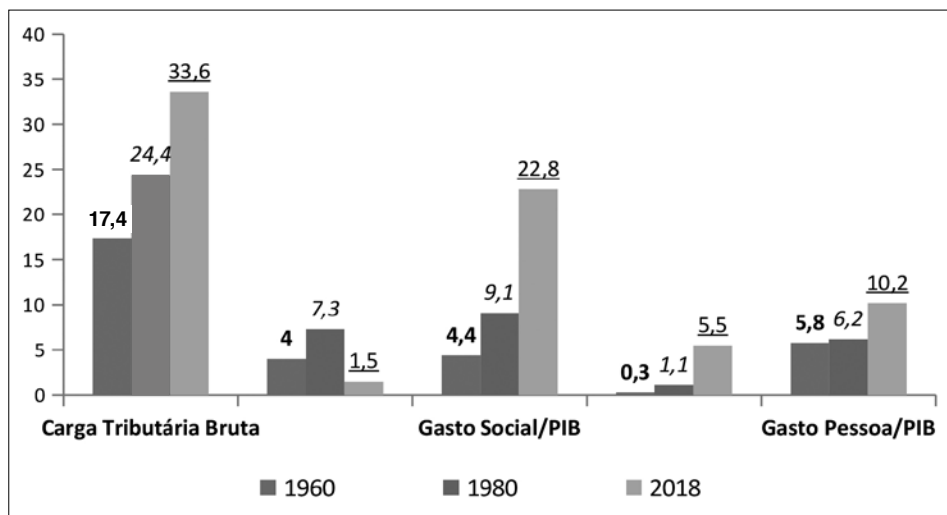
Diferentemente do padrão autoritário de gestão da exclusão brasileira, que elevou em 40% a Carga Tributária Bruta (CTB) entre 1960 e 1980 associado ao crescimento dos investimentos públicos em 82,5%, a segunda experiência democrática ampliou a CTB em menos de 38%, embora acompanhada da queda em 79,5% dos investimentos públicos entre 1980 e 2018. Ao mesmo tempo houve a multiplicação em 2,5 vezes do gasto social como proporção do PIB, bem como o crescimento de 54% nas despesas do Estado com pessoal e a multiplicação por 5 vezes do comprometimento com o pagamento dos juros do endividamento público.

No período autoritário, o gasto com juros da dívida subiu 3,5 vezes, enquanto o gasto social subiu 2,1 vezes. Também entre os anos de 1960 e 1980, as despesas com pessoal do Estado subiram 6,8%.

Outro aspecto que distingue o padrão democrático do autoritário de gestão da exclusão refere-se à contribuição desigual no financiamento das

políticas públicas. Embora o sistema tributário siga sendo extremamente regressivo (pois são os pobres que contribuem proporcionalmente com a maior parte da renda), percebe-se mudança importante na comparação entre os períodos de 1960 a 2018.

Gráfico 8: Brasil – evolução de indicadores selecionados do setor público (em %)



Fonte: IBGE e Bacen (elaboração própria)

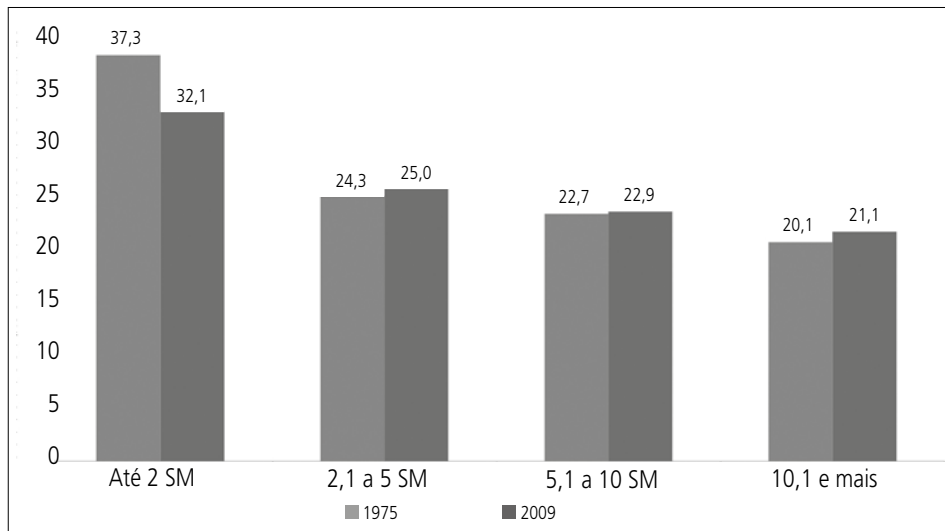
Durante o autoritarismo, a desigualdade era bem mais intensa, pois quem recebia até 2 salários mínimos mensais repassava, em média, cerca de 37% do seu rendimento ao Estado no ano de 1975, e os com mais de 10 salários mínimos mensais tinham carga tributária bruta 48,1% menor (20,1%). No regime democrático, os detentores de renda de até 2 salários mínimos mensais respondiam, em 2009, com 32,1% de tributação (13,9% a menos que em 1975), ao passo que a faixa de 10 salários mínimos e mais eram beneficiados com carga tributária 34,3% inferior (21,1%) (Gráfico 9).

À guisa de conclusão

No Estado Novo (1937-1945), o fortalecimento das Forças Armadas se vinculou ao impulso da industrialização nacional. Após quase três décadas de desindustrialização, a perspectiva militar associada ao Brasil Potência deixou de existir.

Com o desmonte da sociedade urbana e industrial, as Forças Armadas do país foram muito afetadas, bem como expostas a duas possibilidades de modelos distintos de funcionamento. O primeiro associado ao retorno da

Gráfico 9: Brasil – evolução da Carga Tributária Bruta na renda familiar segundo faixas de salário mínimo (em %)



Fonte: POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 107.

condição de Forças Armadas coloniais, fundamentalmente voltadas à preservação territorial, porém dependente de importação de equipamentos militares estrangeiros, pois sem base material e tecnológica para produção interna.¹⁴

O segundo modelo possível encontra-se em curso em parte dos exércitos ocidentais desde o fim da Guerra Fria (1947-1991). Em síntese, a configuração do “exército de mercado” com estrutura pós-fordista e hierarquia centrada em redes, bem como a disseminação de valores mercantis associados à profissão militar, conforme a experiência mais avançada em Israel.¹⁵

Após breve instalação no conturbado governo Temer, os militares terminaram se engajando no mandato de Bolsonaro, atuando em postos-chave de comando na infraestrutura, tecnologia e outras funções, com forte envolvimento empresarial privado tanto nacional como estrangeiro. São vários generais e mais de uma centena de profissionais militares atuando no governo Bolsonaro, bem diferente das atividades exercidas durante os 21 anos da ditadura civil-militar.¹⁶

Em certa medida e após a hegemonia de tecnopolos e gestores nos governos do PMDB (Sarney) e do PSDB (FHC), com forte inclinação ao mercado financeiro, e da camada de sindicalistas associados aos gestores nos governos do PT, os militares estariam assumindo a função de classe dirigente no governo Bolsonaro. Além disso, a preocupação com a ordem interna é cada vez mais comprometida pelo desarranjo da sociedade, aprofundada pelo fim do ciclo político da Nova República e a emergência das massas excluídas.

RESUMO

Neste ensaio especula-se a respeito das possibilidades futuras de encaminhamento das Forças Armadas frente ao desenlace da desindustrialização que interrompeu o ciclo de participação dos militares na política constituída entre o início do Estado Novo (1937-1945) e o final da Ditadura (1964-1985). Distante do projeto de construção do Brasil potência, abrem-se as vias tanto de retorno à condição de Forças Armadas coloniais como de configuração do chamado ‘exército de mercado’ com estrutura pós-fordista e hierarquia centrada em redes.

PALAVRAS-CHAVE

Militares; exclusão; política.

Military tutelage and management standard of social apartheid in Brazil: speculative notes

ABSTRACT

This essay speculates about future possibilities for the Armed Forces referral to the outcome of deindustrialization that interrupted the military participation cycle in the politics constituted between the beginning of the Estado Novo (“New State”; 1937-1945) and the end of the military Dictatorship (1964-1985). Far from the potential construction project of Brazil, the ways of return to the condition of colonial Armed Forces and the configuration of the so-called ‘market army’ with a post-Fordist structure and network-centered hierarchy are opened.

KEYWORDS

Military; exclusion; politics.

NOTAS

1. Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.
2. Para maiores detalhes, ver: POCHMANN, M. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015; POCHMANN, M. *A desigualdade hereditária: origem e trajetória no Brasil*. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2017.
3. Sobre a trajetória militar no Brasil, consultar: STEPAN, A. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; MORAES, J. *A esquerda militar no Brasil*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Siciliano, 1991.

4. Sobre experiências internacional e nacional de gestão da exclusão no capitalismo ver: POCHMANN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTr, 1995.
5. A conformação da questão social no Brasil encontra-se em: BARBOSA, R. “A questão social e política no Brasil”. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988; GIMENEZ, D. *Ordem liberal e a questão social no Brasil*. São Paulo: LTr, 2008.
6. Mais detalhes em: VIANNA, F. *Instituições políticas brasileiras*. 4ª edição. Brasília: Senado Federal, 1999; PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
7. Contribuições importantes em: ROSA, V. *O sentido do Tenentismo*. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; ARAÚJO NETO, A. *O socialismo tenentista*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012; DRUMMOND, J. *O movimento tenentista*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; SODRÉ, N. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
8. Sobre a modernização capitalista e a funcionalidade da multidão de sobran-tes no capitalismo selvagem que se generalizou no Brasil, ver: CARDOSO, L.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Unesp, 2009; OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003; HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
9. Em fevereiro de 1954, por exemplo, 82 coronéis e tenentes-coronéis, ligados à ala conservadora do Exército no Rio de Janeiro, lançaram o que ficou conhecido na época como *Memorial dos Coronéis*, contrário ao aumento de 100% do salário mínimo sob a alegação de subverter valores profissionais e desprestigiar as Forças Armadas, pois sua equiparação à remuneração de oficial graduado obstaculizaria o recrutamento de seus quadros inferiores, funcionando, inclusive, como elemento facilitador da ação de comunistas. Mais detalhes, ver: SCHWARCZ, L.: STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
10. Sobre a relação entre industrialização e Forças Armadas ver: REIS, J. *Os efeitos do industrialismo sobre a estrutura das Forças Armadas e na gestão do Estado e da guerra entre 1859 e 1914*. Porto Alegre: UFRGS, 2015; ALMEIDA PINTO, J. et al. (Orgs.) *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004; OLIVEIRA, C. *Processo de industrialização*. São Paulo: Unesp, 2002; MARTINS FILHO, J. *Marinha brasileira na era dos encouraçados*. Rio de Janeiro: FGV, 2010; CASTRO, A. *A pré-indústria e o governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do arsenal de guerra do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017; HUNTINGTON, S. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996; PARET, P. (Org.) *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001; MCNEILL, W. “The industrialization of war”. *Review of International Studies*, vol. 8 (3), pp. 203-213, jul, 1982; SHOWALTER, D. *Railroads and rifles: soldiers, technology and the unification of German*. Hamden: Conn, 1975; TREBILCOCK, C. “‘Spin Off’ in

British Economic History: armaments and industry”. *Economic History Review*, 22, pp. 474-90, 1969; ROSENBERG, N., (ed.) *The american system of manufactures*. Edinburgh, NDC, 1969; CREVELD, M. “Through a glass, darkly: some reflection on the future of war”. *Naval War College Review*, v. 53, n. 4, 2000.

11. Em 1982, o PMDB expôs, através da divulgação do documento Esperança e Mudança, o conjunto de reformas estruturais a ser realizado na transição soberana da ditadura (1964-1985) para a democracia, como forma de enfrentar os problemas de gestão dos excluídos herdados da participação dos militares na política.

12. Para maiores detalhes, ver: CAMPOS, A. *et al. Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004; GUERRA, A. *et al. Proprietários: concentração e continuidade*. São Paulo: Cortez, 2009; POCHMANN, M. *A vez dos intocáveis no Brasil*. São Paulo: FPA, 2014.

13. A respeito disso, ver: POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2016.

14. Mais detalhes em: CARVALHO, J. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019; SILVA, G. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: Univercidade, 2003.

15. Sobre isso, ver mais em LEVY, Y. “The essence of the market army”. *Public Administration Review*, vol 70 (3), 2010, p. 378-389; SWED, O.; BUTLER, J. “Military capital in Israeli hi-tech industry”. *Armed Forces & Society*, 41 (1), 27 p.; AZULAY, I. *et al.* “Converting military technology through corporate entrepreneurship”. *Research Policy*. 31, n. 3, 2002, 419-435.

16. Para maiores detalhes, ver: NOZAKI, W. “Um capitão entre generais: a presença dos militares no governo Bolsonaro”. In: AZEVEDO, J.; POCHMANN, M. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: FPA, 2019.